

PROJETO DE LEI Nº , DE 2010

(Do Sr. Silas Brasileiro)

Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para tornar mais claros os critérios a serem obedecidos pela programação televisiva veiculada no horário destinado a crianças e adolescentes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente -, com o intuito de regular o conteúdo da programação televisiva veiculada nos horários destinados à crianças e adolescentes.

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida de artigo com a seguinte redação:

“Art. 76-A A programação televisiva será objeto de classificação indicativa, que será utilizada para vincular cada categoria de programa a uma faixa horária de exibição.

§ 1º Não se sujeitam ao disposto no caput:

I – programas jornalísticos e noticiosos;

II – programas esportivos;

III – programas ou propagandas eleitorais;

IV – publicidade, exceto a destinada à divulgação de programas veiculados pelas emissora;

§ 2º Nenhum programa será apresentado ou anunciado sem aviso de sua classificação indicativa.”

Art. 3º Suprima-se o parágrafo único do art. 76 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A imposição de restrições à veiculação de programas de televisão com conteúdo inadequado a crianças e adolescentes vem sendo discutida desde a promulgação da atual Constituição em 1988.

Como o texto constitucional enuncia em seu art. 220 que “*é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística*”, tem sido muito difícil regulamentar medidas de proteção à criança e ao adolescente também previstas no texto constitucional, tais como a classificação indicativa de programas por faixa etária e a imposição de faixas de horário para as diversas categorias de programas de acordo com a sua classificação.

A nosso ver, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) também não enfrentou adequadamente essa polêmica questão, restringindo-se a obrigar, em seu art. 76, que “*as emissoras de rádio e televisão exibam, no horário recomendado para o público infantil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas*”. Quanto à classificação indicativa, estabelece apenas que “*nenhum espetáculo será apresentado ou anunciado sem aviso de sua classificação, antes de sua transmissão, apresentação ou exibição*”.

Os críticos da imposição de limites ao conteúdo veiculado na televisão brasileira alegam que cabe aos pais ou responsáveis a tarefa de impedir seus filhos de assistirem a programas que contenham material

inadequado a suas faixas etárias, bastando, portanto, exigir das emissoras a veiculação da classificação indicativa no início de cada programa.

Dentro desse contexto, todas as tentativas do Poder Executivo de regulamentar o assunto, por meio de portarias, foram questionadas na Justiça por segmentos da sociedade. As diversas portarias foram objeto de ações diretas de inconstitucionalidade. Tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal de que *“a ação direta de inconstitucionalidade não constitui via adequada para a impugnação de atos que se revelaram flagrantemente regulamentares”*, não houve julgamento de mérito, mas tão somente a extinção dos respectivos processos (ADI 392, ADI 2398, ADI 3907 e ADI 3927).

A última portaria editada pelo Poder Executivo, a 1220 de 2007, foi a única a ter seu mérito analisado. Isso ocorreu quando o Superior Tribunal de Justiça concedeu, em outubro de 2009, mandado de segurança ajuizado pelo Ministério Público Federal contra o Ministério da Justiça, por ter suspenso, durante o horário de verão, o art. 19 da Portaria nº 1220, de 2007, que estabelece faixas horárias para a exibição de programas de acordo com sua classificação indicativa.

O relator do processo, Ministro Teori Albino Zavascki, deixou claro em seu voto que *“....a Portaria em causa, embora seja um ato normativo secundário, mantém, por derivação, estreitas amarras”* com preceitos constitucionais, tais como os art. 21, inciso XVI, art. 220, § 3º, e art. 221. Ainda, segundo o relator, *“a intermediação do legislador ordinário se deu pela Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), mais especificamente”* nos artigos 74 e 76. Portanto, o Ministro Teori considera *“inquestionável a legitimidade e a força obrigatória do art. 19 da Portaria 1.220/2007. Aliás, se inconstitucionalidade houvesse seria da lei ordinária de intermediação (Lei 8.069/90), não da norma secundária que lhe deu concretude (Portaria 1.220/07), conforme assentado na jurisprudência do STF, que mais de uma vez rejeitou arguição direta contra normas semelhantes. “*

Quanto ao art. 19, objeto do supracitado mandado de segurança, a posição do relator pode ser resumida da seguinte forma:

“A proteção das crianças e dos adolescentes foi erigida pela Constituição como valor de “absoluta prioridade” (art. 227), autorizando, inclusive, restrições quando à veiculação de programas audiovisuais por emissoras de

rádio e televisão, que fica subordinada a classificação por horários e faixas etárias (artigos 21, XVI, 220 e 221). 3. Conforme estabelece o art. 76 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), cuja constitucionalidade não está em causa, "As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infante juvenil, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas". O cumprimento de tal norma, bem como da norma secundária que lhe dá concretude (art. 19 da Portaria 1.220/07 do Ministério da Justiça), não pode deixar de ser exigido durante o período de vigência do horário de verão, especialmente nos Estados onde sequer vigora o referido horário."

Sendo assim, em nosso entendimento, não cabe mais às empresas de televisão questionar a obrigatoriedade de veicular cada categoria de programa classificado no respectivo horário estabelecido pela art. 19 da Portaria nº 1.220, de 2007.

Estariamos todos tranquilos, não fosse o fato de que o Ministério da Justiça, ao editar a referida portaria, excluiu da obrigatoriedade da classificação indicativa, os anúncios destinados à divulgação dos programas veiculados pelas emissoras:

Art. 5º Não se sujeitam à classificação indicativaas seguintes obras audiovisuais:

.....
*IV – publicidade em geral, **incluindo as vinculadas à programação.** (grifo nosso)*

É por essa razão que assistimos em nosso lares todos os dias a transmissão de propaganda de programas contendo cenas inadequadas a crianças e adolescentes durante os horários destinados a esse segmento. Muitas vezes, programas que somente podem ser veiculados depois das vinte e uma horas são anunciados às dezoito horas utilizando imagens apelativas, como forma de atrair a audiência.

Por esses motivos, optamos pela apresentação do presente projeto de lei que altera a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Para estender a obrigação de classificação indicativa às propagandas destinadas à divulgação dos programas veiculados pelas emissoras, optamos pela introdução no texto legal de dispositivo para deixar

claro que a classificação indicativa será utilizada para vincular as categorias de programas a faixas horárias de exibição.

Dada a relevância da proposta que ora apresentamos para ampliar os mecanismos legais de proteção a crianças e adolescentes, esperamos contar com o fundamental apoio de nossos pares nesta Casa para sua célere aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2010.

Deputado Silas Brasileiro